

## Juventude em tempos de violência

### Edson Luiz André de Sousa

Psicanalista. Doutor em Psicanálise e Psicopatologia pela Universidade de Paris VII. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do CNPq. Coordenador, junto com Maria Cristina Poli, do LAPPAP (Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política).

End.: R. Fernandes Vieira, 474/32. Porto Alegre, RS. CEP: 90035-091.

E-mail: edsonlasousa@uol.com.br

### Paula Goldmeier

Psicóloga. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

End.: R. Honório Silveira Dias, 1500/402. Porto Alegre, RS. CEP: 90540-070.

E-mail: paulagoldmeier@gmail.com

### Resumo

*Este artigo se propõe a analisar o contexto da juventude infratora na contemporaneidade, especialmente a brasileira, e as possibilidades de intervenção e produção de utopias, buscando despertar para a necessidade de uma maior implicação política dos poderes públicos, saberes técnicos e demais setores da sociedade no combate à violência, com que somos todos cotidianamente confrontados. Recusa-se aqui a idéia de que a infração juvenil*

*seja um desvio de âmbito meramente individual ou pertencente às classificações de distúrbios de personalidade. Entendemos tal forma de violência como um fenômeno social historicamente produzido. Portanto, propõe-se uma análise dos elementos político-sociais que compõem tal quadro, assim como dos saberes e as práticas profissionais dirigidos aos jovens ditos delinqüentes.*

*Palavras-chave: psicanálise, utopia, juventude, violência, modos de subjetivação.*

### **Abstract**

*This article aims at analyzing the contemporary context of the delinquent youth, specially the Brazilian youth, and the possibilities of intervention and creation of utopias, aiming at awakening people for the need of a greater political involvement of public authorities, technical knowledge and other sectors of the society when fighting against the violence that we are exposed daily. It is refused the idea that the juvenile delinquency is an individual bypass or that it belongs to the different personality disorders. This form of violence is understood as a social phenomenon historically built. Thus, an analysis of political and social elements that build this picture, as well as an analysis of the knowledge and professional practices given to those delinquent youngsters is a theme of reflection.*

*Keywords: psychoanalysis, utopia, youth, violence, modes of subjectification.*

*“Salve, salve meu povo, tudo bem?  
Peço a vocês um momento de atenção  
Aqui neste lugar aonde eu vim parar,  
Pensei, pensei e cheguei ao pensamento,  
O momento do tempo que chegou o sofrimento.  
Aos 14 anos eu era muito feliz,  
Minha família era unida  
Era tudo o que eu sempre quis.  
Daí sangue bom, o destino foi realidade,  
Comecei a me afastar fui pra marginalidade.  
Me arrependo até hoje de ter entrado,  
Me arrependo até hoje de não ter valorizado,  
Minha família, minha mãe  
Que hoje eu tenho muito orgulho,  
É por ela, sangue bom, que vou sair do bagulho.  
Quero sair do crime sem olhar pra trás,  
Detenção nunca mais, quero viver em paz.  
Perdi a adolescência e juventude no sistema,  
Não agüento mais barulho de algema.  
Graças a Deus eu não estou sozinho,  
O bom Senhor botou uma mulher no meu caminho,  
Pra me ajudar, me amar, me aconselhar,  
Minha guerreira, eu te prometo que eu vou mudar.  
Ei você, sangue bom, que está me escutando,  
Vai pensando, questionando tudo o que eu to falando  
Vida do crime é vida boa??? Vai vendo, veja você!  
To preso há dois anos e nove meses por matar pra não morrer.  
Se acha que o crime é bom, tu tá muito equivocado.  
Pois dinheiro do crime só enriquece advogado.  
Quero passar uma mensagem positiva pra você,  
Da melhor forma que você possa entender.  
Vida do crime não é pra ninguém,  
Se fosse boa eu não tava na FEBEM,  
Exilado sim, já faz algum tempo,  
Mas é só questão de tempo pro fim do sofrimento.  
Crianças, jovens e adultos, escutem o que eu digo,  
Vem comigo, estamos juntos.  
Vamos mudar a cara deste país,  
Vamos fazer um futuro mais feliz,  
Longe de armas, drogas e violência,  
Parem, botem a mão na consciência.  
Eis a sociedade que nos trata como bicho,  
Pensam que quem errou não passa de lixo?”*

*Assim como o lixo pode ser trabalhado  
 O ser humano também pode ser reciclado.  
 Aquele que perde tem revanche?  
 Então aquele que erra merece outra chance!  
 Então meus irmãos preservem sua vida,  
 Não façam besteira, procure outra saída.  
 Por mais que seja grande seu problema,  
 Não queira ser mais um grampeado pela algema.  
 Se quiser pode me ter como exemplo,  
 Que fiz coisa errada e veja o tempo  
 Que estou aqui sem direito a sair,  
 Pense irmão se tu quer isso pra ti?  
 Pois eu acho que não, se tu está firmão, então;  
 Curta a vida mas com moderação.  
 Termino por aqui, lembre-se do que falei.  
 Não queira provar do veneno que eu provei.  
 Espero que tenha gostado da mensagem positiva,  
 Posso estar exilado, mas eu tenho voz ativa.  
 Não entrem para o crime, esta é a realidade,  
 Pois só temos uma vida e direito à liberdade.”*  
**(D.B.G)**

O jovem que escreveu a letra e compôs a música acima transcrita cumpriu dois anos e nove meses de medida socioeducativa em uma unidade da FASE-RS. Ele matou um homem, para não morrer, como ele mesmo coloca. Tal canção foi apresentada ao juiz que julgava a extinção da medida que lhe foi imputada. Todos se emocionaram com a força, alegria e esperança que pulsavam, no ritmo da música, naquele rapaz. Sua liberdade foi devolvida e o juiz, cativado pelo jovem em sua potência criativa e criadora, comprometeu-se em ajudá-lo a desenvolver sua arte.

Três dias após o julgamento, D. B. G. morre assassinado na vila onde morava. Sua morte foi noticiada no jornal, no entanto a nota declarava que um jovem recém-saído da FASE, onde esteve detido por assassinato, havia sido morto vítima do mesmo mal, provavelmente como retaliação pelo homicídio cometido. Nada mais natural! No entanto, pelas informações dadas por testemunhas, amigos e família, o crime que vitimou D. B. G. nada teve de vingança. Ele foi apenas mais um jovem vítima da violência urbana em nosso país.

A história acima relatada, assim como a música de D. B. G., chegou em uma das reuniões do Instituto de Acesso à Justiça (IAJ), organização criada com o intuito de oferecer auxílio jurídico a jovens em conflito com a lei, bem como funcionar como rede de apoio em que atuam profissionais de diferentes campos nas questões de vulnerabilidade e violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. O problema da criminalidade requer ações potentes que possam ter uma rede de irradiações na qual se alimentem pelos encontros e esperanças coletivas. São necessários espaços como este, de discussão e análise, que não se localizem apenas no ato praticado, mas que se preocupem com o caminho, com o campo e a modalidade de tal fenômeno.

A violência precisa ser tratada, não como questão individual, mas inserida numa trama social (e isso implica cada um de nós) em que se produziram os condicionais para o surgimento do delito e do sujeito infrator. A violência se faz presente desde o momento fundante da sociedade, e, como Freud (1923/1996) sinalizou, a pulsão de morte circunscreve sempre nossas ações e a vontade de matar não deixa de rondar o processo civilizatório. Mas, ainda que a história da humanidade desconheça qualquer sociedade sem crime, é importante abriremos os olhos para a calamidade já instaurada e pensarmos a contemporaneidade como tempo e espaço de uma trágica crise que devemos recusar como natural. Um dos autores brasileiros mais lúcidos e que deixou uma contribuição que ainda precisa ser muito lembrada é Milton Santos (2000a). Ele fala de uma política de fragmentação do território que nos impede de pensar alguns problemas cruciais na amplitude e uma crise da civilização. Em uma de suas últimas entrevistas, publicadas um ano antes de sua morte, em 2001, diz o seguinte:

A nação pode apodrecer, mas discussão é a segurança pública, não é a civilização. Enquanto o debate não voltar a ser centrado no modelo de civilização – como no Brasil foi possível no pós-guerra – a discussão será pobre, insuficiente e enganosa (p. 25).

As mortes de jovens têm ganhado estatuto de um evento corriqueiro. Limpam-se as marcas reais (de carne, de sangue) dos espaços urbanos e toma-se tal feito como possibilidade de apaga-

mento do sem-sentido subjetivo provocado por essa interrupção precoce e inesperada, assepsia que nos devolve à paisagem e nos inocenta de uma cruel indiferença. Nossos rituais de tornar não-acontecido algo que nos revela a falta de controle, de racionalidade são cada vez mais numerosos e talvez mais automatizados. Em Endo (2006), lemos que

a violência letal é sempre traumática para o psiquismo e o obriga a uma contra-reação que expulsa do corpo e do psiquismo sua presença indelével. Isso não só para quem foi atingido diretamente por um ato violento, mas muitas vezes para um número imenso de pessoas que gravitam em torno do acontecimento e da vítima (p. 230).

A mídia serve de instrumento anestesiador, quando transforma eventos singulares em imagens massificadas, e os diferentes meios de comunicação não poupam esforços em caçar as imagens mais dramáticas da violência. Para Endo (2006), elas não são expostas com o objetivo de trazer à tona a discussão e a reflexão sobre o terrível da violência, nem para produzir uma nova consciência acerca deste tema, servem apenas como disparadoras da perplexidade, do impacto emocional e dos horrores inconscientes. As pessoas demandam imagens que produzam emoções fortes, em particular porque vivemos tempos de muita excitação e pouca vibração. Assim, quanto mais apelativa a matéria, mais chances que se reverta em aumento de audiência e patrocínio para a indústria midiática que se constrói nas bases do capitalismo (Oliveira, 2005).

Com relação à violência urbana, há uma ênfase nas notícias divulgadas pela imprensa nos crimes cometidos por jovens. Ainda que estes sejam os responsáveis por somente 10% do total de delitos, o balanço é outro nas páginas policiais. Oliveira (2005, p. 21) refere que “o foco nos delitos mais graves e violentos, ainda que sejam os menos prevalentes, provocam um hiperdimensionamento da periculosidade do jovem infrator”. No Brasil, a maioria dos crimes praticados por jovens é do tipo não violento; crimes contra o patrimônio são cerca de 60%, enquanto crimes contra a vida aparecem em 20%. É esta mesma posição defendida por um dos maiores estudiosos neste tema, Marcos Rolim, que, em recente estudo sobre polícia e segurança, afirma o seguinte:

A preocupação com a violência juvenil nas sociedades modernas é, de qualquer modo, desproporcional à gravidade e à incidência dos atos infracionais praticados pelos adolescentes – o que é verdadeiro, principalmente, para países como o Brasil (Rolim, 2006, p. 162).

Em estudo sobre o mapa da violência<sup>1</sup>, nosso país ocupa o terceiro lugar em homicídios vitimizando jovens, mas alguns estados ultrapassam o primeiro lugar que é da Colômbia, onde o tráfico também é o principal aliciador da criminalidade. A maior incidência de mortalidade se dá entre os 15 e 29 anos, e os jovens da periferia são os mais expostos ao crime. As estatísticas trazem números bem diferentes daqueles que aparecem nos jornais: para cada assassinato cometido por um jovem, em torno de cinco deles são vítimas desse mesmo crime. Mas essas mortes, quando não são ignoradas, saem relatadas como seqüência natural de uma vida criminosa liquidada em um ato de revanchismo, como no caso do nosso jovem artista relatado acima.

Enquanto a imprensa destaca as violências praticadas por jovens e marca enfaticamente indicativos sobre uma periculosidade juvenil como inata, a população medrosa torna-se cada vez mais simpática à redução da maioridade penal, uma vez que o comportamento violento dos adolescentes aparece associado ao aumento da violência urbana. Sustenta-se, muitas vezes, que o jovem é o principal responsável pela criminalidade e que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) só contribui para o aumento da violência. Os crimes, em especial os violentos, é que estão crescendo, e os jovens não são mais violentos que os adultos (Keil, 2005).

Em artigo sobre as representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (Meandro, Trindade e Almeida, 2003), a análise das informações que circularam no Brasil na história recente mostra que na imprensa há um acento nos aspectos negativos, demarcando características como agressividade, consumismo, individualismo, rebeldia e imaturidade. As histórias envolvendo jovens são, na grande maioria das vezes, relatos de comportamentos de risco, exclusão e violência.

Quando as pessoas se insensibilizam àquilo que lhes é mostrado é devido à quantidade de imagens despejadas e que tornam

rarefeito o conteúdo. O tema da violência juvenil é concebido em tal escala e tratado de forma descontextualizada. Por isso, não é de se estranhar que a violência não seja tratada como fenômeno social, mas como meros casos isolados, que se multiplicam em repetidas matérias, um tanto desconexas, transformando a criminalidade juvenil em um evento individual anômalo e como caso de polícia (Oliveira, 2005).

A indiferença que se instala é, provavelmente, colocada no lugar da insuportável visão destes fatos. Tal comportamento pode ser visto como expressão da densidade dos afetos diante das vivências de desamparo na contemporaneidade. Além disso, a cultura do medo leva à procura para uma causa do mal e acaba por encarnar nos jovens pobres esse mal-estar. Com relação a imagens de vítimas da violência, Oliveira (2006, p. 22) lembra Sontag e coloca que, “para uma sensibilização, o que importa é saber quem é morto e por quem, os indivíduos anônimos não comovem”. Nas manchetes, há um certo anonimato dos jovens, de quem pouco sabemos, seja quando matam, seja quando morrem. A irrelevância dessas mortes faz da violação de seus corpos um evento privado, o qual não é tratado pela mídia como algo que mereça atenção e reparação na cena pública (Endo, 2006).

## Inomináveis e invisíveis

*[...] quando a criança e o adolescente  
se tornam uma ameaça  
é sinal de que a sociedade  
atravessa uma profunda decadência.*

**– Cesare de La Roca<sup>2</sup>**

Reguera (2005), em seu livro **Crianças de ninguém, crianças de rua**, traça o caminho de volta da delinquência juvenil tão discursada pela mídia e também pelos especialistas. Traz o retrato da dura realidade vivenciada pelos jovens que desde sua infância convivem com a violência em suas mais diversas faces. Coloca a exploração a que são submetidos desde cedo como origem da delinquência e define como explorado

aquele jovem que tentou ganhar um sustento impossí-



vel por causa do desemprego; aquele que mamou em sua infância tais doses de irracionalidade que não consegue se relacionar sem violência; ou aquele outro cujas expectativas de viver se afogam em álcool, barbitúricos ou caça-níqueis (Reguera, 2005, p. 18).

Quando ninguém toma para si o cuidado da criança, quando falha a família, a comunidade, o Estado, a criança encontra a rua como único espaço de acolhida. Incontáveis foram as vezes em que nos defrontamos com a agressiva cena de ver meninos e meninas ensaiando malabares, acrobacias em um equilíbrio capenga que imita a instabilidade de suas vidas. Com frequência vemos estes corpos quase dóceis que entram em atrito com a aspereza das calçadas frias durante a noite. Por vezes seu mundo-abrigo, como referia Helio Oiticica sobre suas instalações, se restringe a algumas poucas camadas do papelão, cujos produtos certamente já abasteceram as casas do entorno. Como lembra Giorgio Agambem em seu *Homo Sacer* encontramos em cenas como estas “corpos dóceis”.

Em particular, o desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sido possível, nesta perspectiva, sem o controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os “corpos dóceis” de que necessitava (Agambem, 2002, p. 11).

O horror desta tragédia cotidiana traz, mesmo no senso comum, a idéia de uma negação, de um bloqueio, de um esquecimento, de um recalçamento. Mas a banalização dessa suposta explicação institui e oficializa tal atitude, normaliza e naturaliza uma não-reação e mesmo prescreve tal indiferença como reguladora do bem-estar de quem dirige e também daquele que mendiga. O “Não dê esmola” se pluraliza para um não-fale, não-escute, não-olhe, não-veja, não, não, não... não o quê, mesmo? Ah, nada...

Pouco sabemos dos nomes destes jovens que insistem em limpar os vidros de nossos carros. A dificuldade em nomeá-los talvez revele a resistência em conferir-lhes um lugar que nos leva a questionar a manutenção de um sistema que não pode prescindir dos excluídos; se tiverem nome, eles terão, ao menos, um

mínimo de história, e isso os enlaça ao fluxo coletivo da cidade e os engendra nos nós que o constituem. No entanto, como nos aponta Corso (1999), todos aqueles considerados “de rua” têm sim, nome, sobrenome, tiveram ou ainda têm pais, mas se localizam expostos entre os diversos abandonos que experienciaram. Na rua, travam “o tema do apelo, do roubo da atenção que desejam. [...] Na rua se vive o drama pelo apelo para ser filho de algo ou alguém” (Corso, 1999, p. 277).

Quando nos questionamos sobre quem são esses jovens desafortunados, desafortados que nos pedem dinheiro, parada, olhar, passagem, que nos pedem para entrar na lógica da cidade, nos damos conta de que nossas fortalezas se resumem em anteparos de fibra, vidro ou metal, tecnologias plásticas que não nos garantem invioláveis. Nosso silencioso desamparo se retorce no encontro com a imagem endurecida, porém frágil, daqueles que nos eximimos de cuidar. Que pequenos são esses, tão perigosos a nossos olhos que esquecemos de dar-lhes nomes? Vivem na errância dos carros, da cidade e ficam numa posição de invisibilidade, de assujeitamento. Ensaios de piruetas e acrobacias, e resistem na expectativa de um trocado (ou troca de olhar) que lhes permita energia (ou existência) por ao menos um instante a mais. Limpam nossos pára-brisas na esperança de tirar o pó de nossa cegueira subjetiva. E temos de nos perguntar em que se seguram para viverem suas vidas de cão (Bloch, 2005).

## Explorados

*A vida chega a doer, a enjoar,  
a cortar, a roçar, a ranger  
a dar vontade de dar gritos,  
de dar pulos, de ficar no chão, de sair  
pra fora de todas as casas,  
de todas as lógicas e de todas as sacadas,  
e ir ser selvagem para a morte  
entre árvores e esquecimentos,  
entre tombos, e perigos  
e ausências de amanhã.*  
– **Fernando Pessoa**

As práticas discursivas da mídia, da universidade, das políti-

cas públicas em geral se prestam ao jogo que cria verdades sobre esses jovens e os definem como difíceis, inadaptados, perigosos, delinquentes. A grande parte das vezes a linguagem utilizada, de forma nada neutra, transforma tais adjetivos em substantivos que conferem caráter definitivo e imutável aos sujeitos que ainda estão em formação e desenvolvimento (Reguera, 2005). A narrativa dos próprios jovens, no entanto, é calada, tamponada em nome de um bem maior, de um bem comum, que se aglutina em torno desse silenciamento e ameaça a quem o quiser deixar falar. Os furos não podem aparecer, os restos devem ser mascarados e mimetizados à cena, sem oferecer relevos, declives, escuros ou clarões capazes de produzir espantos.

O homem nasce naturalmente dependente de seu grupo. Sobreviver é receber proteção, aprender a se proteger. Quando tal busca por proteção falha, o ser humano se dobra sobre si mesmo, encasula-se e tende, acima de tudo, a se auto-protoger, à custa de qualquer coisa. Os jovens, ao retorcerem-se para dentro de si, em busca de um mínimo de proteção, dispersam sua potencialidade de vinculação. Submetidos a um desamparo radical,

... a violência na adolescência pode ser lida como resposta frente à angústia e ao desamparo que os adolescentes estão confrontados, pois de um lado evidenciam sua condição mediante a fragilidade de uma função paterna, que se encontra impossibilitada de nomear e servir de continência [...]; de outro, os adolescentes denunciam estarem jogados na solitária rede do individualismo contemporâneo [...] (Rosa Júnior, 2006, p. 78).

A cidade, organização surgida com o objetivo de possibilitar melhores condições de vida, não inclui a todos como beneficiários; assim, os jovens excluídos acabam por sentirem-se liberados dos compromissos da convivência em sociedade. Uma sociedade excludente, que não se compromete com todos, pressupõe a existência da delinqüência; já que *delinquo* quer dizer faltar com seus deveres. Quando não se tem nada a perder, mais fácil a adaptação ao que for útil no momento. Para quem tem algo a perder, um assalto, por exemplo, representa um grande risco que não compensa correr (Reguera, 2005). Mas aqueles que sobrevivem apenas

de possibilidades deteriorantes percebem a violência como opção para inverter a posição de fragilidade vivida: ele é o poderoso e sua vítima é o vulnerável e inferior (pelo menos em seu imaginário). Refere Oliveira (2005, p. 24) que “muitos de nós não conseguimos imaginar como a violência da desapropriação material e da destituição simbólica da juventude da periferia, em nosso país, é de modo geral aterradora”. Impor dano ou sofrimento ao outro é uma forma de vingança pela humilhação e desamparo diante de situações e condições ultrajantes.

Winnicott (*apud* Oliveira, 2005) coloca que a violência juvenil é um pedido de socorro que, quando não escutado, acaba por resultar em represálias e agravamento da situação. Em Birman (2002), transgredir está a serviço da resistência às normalizações e do questionamento à determinação das normas e das regras. A transgressão moral e ética, tomada por Costa (2002) como uma das possíveis manifestações deste ato, busca novas formas e sentidos de existência.

Reguera (2005) exemplifica como uma voz que nos diz: “ouça-me, atenda, ajuda-me porque vou de mal a pior e estando só não posso remediá-lo”, mas em vez de arbitrar soluções em favor do clamor por companhia, a propensão cada vez maior é de tratar o problema como caso de polícia e punição. E o castigo, como Nietzsche mesmo cita em sua **Genealogia da Moral** (1998), pode aumentar o medo, mas não é capaz de tornar alguém melhor.

Rosa Júnior (2006) traz elementos de casos clínicos de jovens acompanhados por ele, e refere que

[...] a fragilidade das referências paternas; a falta de perspectivas em relação aos seus ideais – a ponto de demonstrar quase uma absoluta incapacidade de esboçar um horizonte de futuro qualquer; a privação de acesso aos objetos de consumo, tendo como resposta o furto ou a depredação como uma espécie de tentativa, ainda que às avessas, de exercer um poder, jogam-lhes em situações sociais ultrajantes. Assim, demarcam um profundo sentimento de desamparo, que muitas vezes se materializa na angústia de buscar reconhecimento e visibilidade social a qualquer preço, onde a violência se

apresenta como uma via possível para suportar a dor da própria existência (Rosa Júnior, 2006, p. 56).

O autor traz a delinqüência dos jovens como uma espécie de conseqüência de uma “adolescência exacerbada”, que realiza uma frenética busca por reconhecimento e conquista de sua própria autonomia. A percepção do futuro como algo evanescente, que nunca se pode garantir ou sequer prever, impede os sujeitos de fazerem planos e impulsiona uma cultura do imediatismo. A isso, soma-se o consumismo alucinado de nossa sociedade, que se apressa em desfrutar tudo o que tem pelo medo do que possa acontecer no futuro.

O risco a que se submetem é uma expressão paradoxal de um querer viver que tem algo ao mesmo tempo de teimoso e trágico.

[...] são pequenas as perspectivas, para a maioria dos jovens, diante de um mercado de trabalho restrito e seletivo. Já suas possibilidades de acesso às demandas de consumo cada vez mais exigentes e que têm na juventude seu alvo preferencial. A sedução é por viver, pelo delito, experiências de aproximação com o dinheiro e o prestígio (Oliveira, 2005, p. 17).

Para Reguera (2005, p. 78), quando se nega a uma sociedade um futuro suficientemente previsível, a impelimos ao hedonismo e ficamos reduzidos à instantaneidade das satisfações imediatas, à custa de qualquer outro aspecto da vida e da realidade. “Muitas crianças (e jovens) não são capazes de adiar até amanhã o resultado satisfatório de um esforço; às vezes sequer são capazes desse esforço, porque tal adiamento requereria ‘esperança’”. O futuro é entendido como algo muito remoto e, assim, torna-se intolerável mobilizador de grande insegurança. Para eles, a opção de planejamento não está colocada, tudo vai acontecendo na atualidade, a experiência é viver o presente e não pensar em viver o presente. O predomínio do ato aparece, em muitos casos, também na infração cometida; o fluxo e a intensidade colocados na permanente atualidade de tudo. No entanto, também é importante programar-se, que implica envolver-se, antecipar e poder viver uma outra lógica que não a da urgência (Bocco e Lazzarotto, 2004).

Por vezes, o futuro se apresenta como uma névoa obscura cobrindo os sonhos com a fuligem do funcionamento da máquina social e as compulsões repetitivas da história. Encobre, assim, uma das categorias mais essenciais da vida: a esperança. Diante deste cenário, das aglomerações das coisas havidas obstruindo totalmente as categorias do futuro, nosso desafio é saber como abrir furos neste véu do amanhã. [...] Nunca é demais prestar atenção ao alerta lúcido de Lezama Lima, ao mostrar o quanto o poder das imagens costura semelhanças produzindo o que ele nomeia como ‘voracidade das formas’. Muitas destas formas funcionam em nossos tempos como circuitos pulsionais ativados pela pressa da produção, pela necessidade de ampliar o espectro dos consumidores, pela sede de poder que inunda nossos espíritos confusos com promessas, culpas e dívidas (Sousa, 2006, p. 167-168).

Nesse mesmo sentido, Reguera (2005, p. 81), ao relatar suas experiências de partilha e convivência com inúmeros jovens explorados, descreve: “Viver na instantaneidade é perder continuidade, consistência, identidade, de certo modo é desidentificar-se. [...] a mudança pura desmorona seus referenciais, suas fronteiras, aquelas com as quais se confrontando iria identificando-se”.

### **Veloz(idade)? – Um dinamismo do diabo**

*Velocidade não é dinamismo. Esse movimento não é próprio, mas atribuído, tomado emprestado a um motor externo: ele não é genuíno, não tem finalidade, é desprovido de teleologia. Trata-se de uma agitação cega, um projeto equivocado, um dinamismo do diabo.*

**– Milton Santos (2000b, p.156)**

Groppo (2000) assegura que a categoria social da juventude tem uma importância crucial para entendermos as sociedades modernas. O movimento e a transitoriedade são suas marcas, identificando-a a essa era em que impera a velocidade, a fluidez e o caráter transitório e polimórfico dos acontecimentos. A adoles-

cência é, inclusive, uma invenção da modernidade, sendo sempre a passagem entre o que é e o que deverá ser. Relaciona-se ao período de transição da fase de ingresso na sociedade para a maturidade. Assim, carrega uma função social de maturação do indivíduo para torná-lo integrado à sociedade moderna.

As pesquisas técnicas sobre a adolescência, ao longo do século XX, estabeleceram padrões descritivos que foram tomados como fixos e inquestionáveis. Um estudo de Stanley Hall, em 1904, que caracterizou este momento de vida como de turbulência e instabilidade emocional, ainda hoje tem conseqüências visíveis no que diz respeito à representação sobre juventude/adolescência, que toma tal período como de características fixas naturalmente constituinte do desenvolvimento humano (Meandro, Trindade e Almeida, 2003).

Há, em quase todas as sociedades atuais, uma gama suficiente de expectativas em relação à juventude que, paradoxalmente, colocam a demanda por reprodução e mudança social (Alencar, 2003). Vista como um estágio perigoso e frágil da vida, visualiza-se nas ciências modernas um processo de atribuição de perversão da juventude que necessita, assim, de vigilância, disciplinarização e socialização (Grosso, 2000). A produção do mito do jovem como mais violento e contestador vem em favor de ações repressivas, em geral destinadas às camadas mais pobres, que obstruem a relação da violência com questões econômicas e socioculturais (Alencar, 2003).

Ao mesmo tempo em que se reconhece, atualmente, por pesquisas especializadas, em especial das ciências humanas e sociais, a adolescência/juventude como atravessada por inúmeros e heterogêneos fatores (classe socioeconômica, etnia, contexto histórico e cultural etc.), vemos que se manifesta uma pressão no sentido de homogeneização da experiência da juventude em decorrência do processo de internacionalização dos interesses econômicos e do papel que a circulação de informações nos meios de comunicação de massa tem em relação aos interesses comerciais em quase todas as sociedades com acesso à tecnologia da informação.

A crença na primazia da razão, cerne do pensamento desenvolvimentista e do modo de ser ocidental, credita uma “identidade adolescente” e localiza em tal etapa o momento inaugural da per-

sonalidade que define o sujeito para o resto de sua vida (Coimbra, Bocco e Nascimento, 2005). Tal modalidade de entendimento evolutivo fixa e homogênea um alvo a ser atingido: um nível de racionalidade madura circunscrito num “quadro de referências” que contrapõe a possibilidade da singularidade de diferentes formas de existir por um só e mesmo modo de existência (Guattari e Rolnik, 1986).

Dentro desta mesma lógica, quando juristas, psicólogos, sociedade, Estado etiquetam os jovens como delinqüentes, inadaptados, perigosos o fazem, em geral, numa atitude afirmativa de uma natureza intrínseca que desvia do jeito correto de ser e estar no mundo. Em oposição e resistência a esses rótulos, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p. 5) trazem as idéias de Foucault, Deleuze e Guattari para defender que “os sujeitos não possuem identidades fixas e impermeáveis, mas são atravessados por uma multiplicidade de forças que os subjetivam incessantemente”. Considera-se que a adolescência/juventude é um objeto que foi construído culturalmente em nossas sociedades e transformado ao longo da história e dos contextos sociais. É preciso recusar o ideal científico da objetividade que requer distanciamento e não-implicação, pois mesmo o “mais autêntico sujeito humano se destrói ao ser tratado como objeto” (Reguera, 2005, p. 19). Arriscar no potencial de uma aproximação com o “diferente, marginal, perigoso” para que se produza um encontro mutuamente revelador. Assim, quando se trabalha com a juventude como potência, atravessada por fluxos e devires, multiplicidades e diferenças pode-se, no lugar do “adolescente infrator”, olhar para um jovem no qual a linha da infração é uma dentre tantas outras que o compõem.



## Ligações perigosas: pobreza e violência

*“E lá vêm eles, obedientes ao chamado, que é o chamado de suas barrigas e dos últimos vestígios de senso de aventura que ainda lhes restam. Favelas, prostíbulos e guetos os produzem aos montes, e nunca diminui a podridão das favelas, dos prostíbulos e dos guetos. Vagam pelo país como um exército de almas penadas e o país não os quer. Estão fora de lugar. Ao arrastarem seus corpos curvados e castigados pelas ruas e estradas, parecem uma repulsiva prole do subterrâneo. A simples presença, o fato de existirem, é uma afronta ao brilho do sol e às coisas verdes e viçosas. [...] Há exagero neste retrato? Depende.*

*Para quem vê e pensa a vida em termos de números e estatísticas, certamente há exagero. Mas para quem vê e pensa a vida em termos de humanidade e desumanidade, ele não é excessivo. [...] Nos velhos tempos, os grandes cavalheiros ganhavam suas honrarias no campo de batalha, depois de terem partido o inimigo ao meio. E, no final das contas, é melhor matar um homem com um golpe certo, com o silvo de uma espada, do que transformá-lo num animal, assim como todos seus descendentes, pela manipulação ardilosa da indústria e da política.”*

**– Jack London, 2004 [1903]**

Jack London, no início do século XX, retratou em forma de reportagem social o submundo dos excluídos e dos miseráveis da Londres daquele tempo. Alguma semelhança com nosso aqui e agora? Depende. Talvez hoje possamos pensar que, além de transformar o homem em um animal pela ardilosa manipulação da indústria e da política, ainda se jogam armas de fogo (e não mais espadas) para que se matem uns aos outros, mas sem honras e nem nada. A população marginada faz cenário do processo de urbanização em todas as histórias dos povos. Resta saber, no entanto, que seqüência interessa dar a esses quadros.

Em nosso país, a problemática do desamparo e do abando-

no de crianças e jovens protagoniza nossa história desde a época do Brasil Colônia. Miriam Debieux Rosa (1999) apresenta a trajetória desta questão ao longo dos séculos em nosso país. Às crianças enjeitadas, somam-se ainda, no século XVII, órfãos que vieram de Portugal junto às missões jesuíticas para educar e catequizar os órfãos da terra (crianças mestiças). Também nesta categoria estão os filhos da Lei do Ventre Livre, de 1871.

Durante o século XVIII, o cuidado das crianças ficou a cargo de instituições como confrarias, irmandades e santas casas de misericórdia. Apenas nos anos 20 o Estado passa a se responsabilizar pela proteção da infância e o termo “menor” é calcado como designação dos pequenos pobres que precisavam deste amparo. As décadas de 30 e 40 foram marcadas pela difusão do internato como modelo institucional de proteção e controle desses menores. Nesta mesma época, final do século XIX e início do século XX, a obra de Darwin, **A origem das espécies**, serviu como respaldo para tratados de Medicina, Psiquiatria, Antropologia e Direito que pregavam, em teorias racistas, a purificação da espécie e, seguindo o modelo da eugenia, a esterilização dos chamados degenerados como profilaxia para os males sociais. Coadunado a essas teorias, o movimento higienista brasileiro, do qual fizeram parte especialistas de diversas áreas e expoentes da ciência da época, teve seu apogeu em 1920, quando foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental. Encabeçada por Gustavo Riedel, tinha como premissas e objetivos o aperfeiçoamento da raça, colocando-se abertamente contra negros e mestiços (já na época), a maior parte da população pobre brasileira (Coimbra e Nascimento, 2003).

A unificação da preocupação mundial em torno do tema da infância e da juventude desassistidas materializa-se na criação, em 1948, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, a UNICEF, seguindo iniciativas centralizadoras. Em 1964, a FUNABEM surge para coordenar e fiscalizar as entidades destinadas a cuidar do bem-estar do menor (FEBEM). Num movimento por evitar segregações e preconceitos em relação aos pobres, mas garantir que tenham seus direitos atendidos, é redigido, em 1990, o texto final do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conclui Rosa (1999, p. 2): “Ao lado desta história, de cuidados e descuidos, pode-se constatar um discurso que contém o imaginário social sobre

a questão, um **discurso social** de mão dupla a respeito dessas crianças: **o discurso da pobreza e o discurso do perigo**". A representação social que associa os pobres às classes perigosas tem como conseqüência que as crianças e adolescentes pobres sejam vistos como perigosos ou potencialmente perigosos – os pequenos bandidos. É, portanto, sobre eles que incide, preferencialmente, o aparato repressivo-policial ou repressivo assistencial (Rosa, 1999).

No entanto sabe-se que a relação direta entre pobreza e violência é fabricada quando se analisam outros contextos sociais. Na Índia e em algumas regiões da África, embora mais pobres que a população brasileira, apresentam-se índices de violência bem menores. A desigualdade social, essa sim, é uma das maiores causas de violência<sup>3</sup>, em especial entre os jovens, maiores alvos e também os mais suscetíveis aos apelos do consumo e da necessidade de integração a sociedade por esta via. As cidades traçam mapas de criminalidade e sempre a periferia aparece como zona de “alto risco”. Localizar a violência e encarná-la em alguém, grupo ou classe social é também proclamar nossa inocência, e negarmos qualquer cumplicidade (Keil, 2005).

O inevitável pode nos fazer lamentar ou pode nos assustar; o que não pode é nos fazer sentir culpados. A facilidade para naturalizar os fenômenos é o alibi perfeito para uma sociedade que não quer assumir responsabilidades. O problema da desigualdade e da violência, por exemplo, é posto como subproduto inevitável do desenvolvimento e, assim, deixa como únicas alternativas a recusa ao desenvolvimento ou a resignação às suas conseqüências. Então, “se a delinqüência nasce, ninguém deverá se sentir atingido. Ela nos permitirá, inclusive, gozar do privilégio da compaixão embora, depois, nos apressemos em isolá-la” (Reguera, 2005, p. 15).

Queiroz (2006) começa seu livro **Em nome da pobreza** com a pergunta que o poeta peruano César Vallejo se fez um dia sobre quantos pobres são necessários para fabricar um rico. Quatro séculos antes, Thomas Morus, na **Utopia** (1516), dera-lhe uma direção de resposta: “Um rico, ainda que ignorante, estúpido e imoral, tem, sob sua dependência, uma multidão de homens inteligentes e virtuosos”. Coimbra e Nascimento (2003, p. 21), em artigo sobre

o mito da periculosidade em relação a jovens pobres, apontam a proposição de Marx sobre a conexão da produção da miséria com o capitalismo, “a formação da riqueza, a acumulação do capital, produz, também, o seu contrário: a miséria. Pela ótica e ética do capitalismo, a miséria passa a ser naturalmente percebida como advinda da indolência e dos vícios inerentes aos pobres”.

A forma como a pobreza é tratada nos tempos atuais é um dos pontos fortes da pesquisa realizada por Bocco (2006), encontrada no capítulo “A pobreza em três tempos: criminalização, militarização, rentabilização”. A autora inicia sua escrita fazendo uma provocação sobre as instituições carcerárias e as comparando com indústrias as quais têm na pobreza sua fonte de matéria-prima, essencial aos propósitos do capitalismo contemporâneo.

[...] se as diversas instituições carcerárias passaram 50 anos produzindo o que elas mesmas definem como criminosos – pelo menos 70% de sua produção – e não ‘recuperando’ os sujeitos, como alegam propor-se inicialmente, nem passando por nenhuma transformação neste período, é porque o interesse efetivamente é outro (Bocco, 2006, p. 66).

É fácil e pertinente, para os governos, desviar a atenção do problema da insegurança causado pelo desemprego, pela falta de condições de estrutura e de assistência à saúde e concentrá-lo em assuntos mais excitantes como a delinquência, em especial os delitos cometidos por jovens (Reguera, 2005). Para estes, chovem propostas de solução que se pautam, em sua maior parte, em medidas de repressão e punição cada vez mais severas e aplicadas mais precocemente àqueles que deixaram de ser o “futuro da nação” para entrar nos discursos como grandes ameaças à segurança pública. Os jovens infratores são os “bois de piranha” a uma população que em massa demanda por justiça. No entanto, a justiça que se busca é transfigurada, pelos interessados, de uma justiça social para uma justiça penal. Assim, sob o pretexto de promoção da paz, as políticas públicas escondem os reais interesses econômicos e criam estratégias defensivas e de controle da ordem à ameaça da pobreza. Wacquant (2001, *apud* BOCCO, 2006, p. 67) aponta que o aumento da criminalidade é, antes de

mais nada, “uma temática político-midiática visando a facilitar a redefinição dos problemas sociais em termos de segurança”.

Nessa via surge o primeiro tempo da pobreza: sua criminalização. O Estado penal que se instala mundialmente junto ao liberalismo como oposição do Estado do bem-estar social<sup>4</sup>, existente nos anos 60 e 70, passa, a partir do início dos anos 1980, a privatizar todas as suas funções sociais, colocando-as nas mãos de ONGs ou de instituições privadas. Seu posto fica, assim, restrito a de um agente que assegure a ordem e mantenha estável o mercado, desempenhando uma função apenas policial; oficializando seu papel punitivo e o eximindo de compactuar com o surgimento do problema. Cada vez mais os discursos dominantes legitimam o fenômeno da criminalização da pobreza presente em nossa história desde tempos remotos.

Em nosso país, uma vez criminalizadas, as camadas pobres passaram a ser alvo de uma nova modalidade de atuação do Estado penal. A militarização *made in Brazil*, como chama a autora, é, para ela, o segundo tempo da pobreza. O clima de insegurança e tensão nacional, estabelecido com a ajuda da imprensa, baseia-se em um sentimento compartilhado de medo. Não é à toa que há uma adesão discursiva ao sentimento de medo, insegurança e vulnerabilidade, que passam a ser determinismos socializadores cada vez mais presentes no convívio urbano, com uma representação coletiva sobre o medo apropriada pelo discurso midiático como consequência de uma violência urbana (Eckert; Rocha, 2005).

Absorver passivamente qualquer informação sobre violência só reforça o clima de obsessão reinante e acaba por difundir-la ainda mais, e não necessariamente as soluções para o problema. No livro **Cultura do Medo**, que inspirou o filme **Tiros em Columbine**, de Michael Moore, seu autor, o sociólogo Barry Glassner, diz que há toda uma indústria interessada na disseminação desta idéia, pois pessoas com medo tornam-se consumidores mais vorazes. E cita que, nos últimos anos, nos Estados Unidos, houve um aumento de 600% na quantidade de notícias sobre violência, enquanto as taxas de criminalidade caíram 20%.

Para Bocco (2006), todo esse esforço em prol da difusão de um medo generalizado e constante se justifica porque é muito

mais fácil governar uma sociedade em estado permanente de pavor e desconfiança do que lidar com uma sociedade solidária e preocupada com os processos coletivos, além de atuar como justificativa de adoção de políticas autoritárias de repressão e controle social.

Ante a necessidade de segurança social, o estado se encarrega de oferecer segurança criminal. Como principal exemplo da estratégia de militarizar as ações sobre a pobreza, destaca-se o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), grupo integrante da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Criado em tempos duros da ditadura, desde 1978 tem espalhado terror aos moradores das áreas consideradas de risco, leia-se as favelas e os morros cariocas.

[...] O interrogatório é muito fácil de fazer. Pega o favelado e dá porrada até doer. O interrogatório é muito fácil de acabar. Pega o bandido e dá porrada até matar. [...] Bandido favelado não se varre com vassoura. Se varre com granada, com fuzil, metralhadora.

Tais versos<sup>5</sup> são repetidos em gritos cantados pela tropa de elite<sup>6</sup> da Polícia Militar do Rio em seus exercícios matinais e revelam em que princípios são baseadas suas plataformas de atuação. E, como sabemos, tais ações têm destinos com raça e cor definidos. “Livre do açoite da senzala”, o negro está, hoje, “preso na miséria da favela”<sup>7</sup> e submetido às violências sociais e policiais. A discriminação ao pobre é, também, herdeira da escravidão.

No documentário **Quanto vale ou é por quilo?** (2005)<sup>8</sup>, traça-se exatamente este paralelo entre a escravatura e a rentabilização das camadas miseráveis, que Bocco (2006) aponta como terceiro tempo da pobreza. A criação de uma imensa malha de serviços e instituições voltados ao atendimento não mais de uma população apenas pobre, mas também criminalizada, vem em nome da necessidade de uma ordem pública que precisa conter tal ameaça.

Bocco (2006) refere o sistema penitenciário<sup>9</sup>, cujos exemplos de privatização mostram lucros enormes para as concessionárias com sete dentre as quinze maiores, nos Estados Unidos, figurarem suas cotações na bolsa Nasdaq. Também há toda uma indústria de segurança privada para dar conta da de-

manda ocasionada pela proliferação do medo atribuído às classes perigosas, que se estende desde “tecnológicos produtos de vigilância, sistemas de eletrificação de cercas, pessoal especializado, alarmes e um sem fim de outras mercadorias”. Há uma cifra bem elevada em torno deste negócio. Neste lucrativo mercado também entram muitas Organizações Não-Governamentais (ONGs), fundações e empresas “sem tais fins”. Elas consomem mais de 45% das verbas estatais que poderiam ser destinadas diretamente às famílias (Bocco, 2006).

A “marginalidade” não é mais esse mal que afeta os ociosos, mas também algo que beneficia a não poucos trabalhadores. Não se trata mais que o desemprego origine “grupos de risco”, mas esses “grupos de risco” estão colocando comida na mesa de muita gente, entre policiais, guardas, criminologistas, agentes judiciais, guarda-costas, políticos, jornalistas, publicitários, psicólogos, economistas, sociólogos, assistentes sociais, educadores, monitores, professores acadêmicos, e um longo etcétera que inclui até cineastas e escritores (Bocco, 2006, p. 79).

O que percebemos é que a pobreza sempre foi encarada como ameaça à ordem dominante e sua existência, ainda que útil em certa medida, e precisou de variadas formas de controle.

Em décadas anteriores, as novas gerações suburbanas e rurais empobrecidas eram dizimadas pela mortalidade infantil, gerada pela desnutrição ou por doenças infecto-contagiosas, agora os adolescentes passam a ser vítimas de uma política organizada do abandono, que produz esse genocídio juvenil autofágico e fratricida. No entanto, a violência dirigida a esses jovens não consegue neutralizar o medo da sociedade. Talvez a culpabilização dessa população pela violência funcione como uma exortação ao medo, entretanto, pode sempre ressurgir. A banalização do mal é um processo pelo qual um comportamento habitualmente reprimido, como é o caso do extermínio, constitui-se em norma de conduta ou mesmo em valor (Oliveira, 2005, 22-23).

Para o delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury (*apud*

Benevides, 1983, p. 57)<sup>10</sup>– conhecido por sua participação em torturas a presos políticos durante a ditadura – “bandido era visto como um fenômeno da natureza”. Dizia ele: “Você cria cachorro? Numa ninhada de cachorro vai ter sempre o cachorrinho que é mau-caráter, que é briguento e vai ter outro que se porta bem. O marginal é aquele cachorrinho que é mau-caráter, indisciplinado, que não adianta educar”.

Retomo um trecho da canção que pauta o início da escrita deste capítulo: “Ei sociedade que nos trata como bicho. Pensam que quem errou não passa de lixo? Assim como o lixo pode ser trabalhado, o ser humano também pode ser reciclado”.

Nos versos do jovem aparece de maneira perturbadora a comparação dos infratores com o lixo. Com certeza, esta não é uma construção ocasional. Mesmo que não tenham sido conscientemente intencionados, os versos que se ligam revelam os tipos de pontos com que o social tem costurado a realidade. O que fazer, como afrouxar essas amarras, para que se possam tecer novas relações, novas rimas? Um caminho, talvez o mais recomendado, é sugerido. Há necessidade de um processo de esclarecimento de valores, mobilizando as pessoas para examinar a estrutura violenta em que vivemos, as formas de sociabilidade que operam em nosso cotidiano. É importante trazer à tona a exterioridade decisiva na produção da violência para além das explicações em torno de uma patologia individual ou de referências identitárias a-históricas. Assim, também para tratar as misérias como quem trata de uma praga que não pára de crescer (Oliveira, 2005).

Como nos aponta Foucault (1979) sobre a resistência:

[...] Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. [...] Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (p. 241)

Assim, se onde há poder, há resistência, podemos pensar que num mundo de crescente postura individualista ocorrem fenô-



menos de enfrentamento a esse esvaziamento de ideais coletivos. A resistência, para ser efetiva, precisa ser como o poder em seu potencial inventivo e na sua condição de mobilidade. Sabemos que há muitas iniciativas de pessoas que acreditam no poder da integração em favor da coletividade e têm consciência de que só há possibilidade de justiça se esta for para todos, se as possibilidades de bem-estar forem uma oferta a todos acessível. Além disso é preciso que seja resgatado o valor da experiência em detrimento do uso fugaz e descartável dos produtos, já que experimentar supõe a construção de singularidades na qual está, necessariamente, implicada a existência de uma alteridade que confira lugar de troca e testemunho de uma transmissão.

Quem lê o instigante texto **Segurança tem saída**, do antropólogo Luís Eduardo Soares, toma consciência de que o problema da violência é uma questão complexa e, assim, precisa de ações sistêmicas, integradas e organizadas de forma comprometida e eficiente. É preciso coragem para atacar em bloco! No entanto, é da mesma maneira importante que experiências pontuais se instalem como propositoras e executoras de mudanças e perspectivas de movimentos em busca de soluções. Dessa forma, construindo um foco de resistência, surge a possibilidade de contágio da problematização e questionamento das práticas instituídas até então. Abrem-se caminhos para novos modos de existência e multiplicadores de idéias e ideais nascentes e vibrantes. Este é o princípio da esperança, afeto expectante da utopia, fazer furos na solidez das verdades instituídas e incontestáveis. O ato utópico é um ato político, de suspensão de tempo e interrupção de fluxo. São movimentos de resistência, muitas vezes impactantes por sua sutileza, como da performance de Flavio de Carvalho, em 1931, caminhando no contrafluxo de uma procissão de Corpus Christi. O artista precisou da intervenção de policiais para não ser linchado pela multidão, enquanto ironicamente anunciava: “[...] mas eu sou um só!”. Um caminhante que desestabilizou a crença de haver um único caminho!

## Notas

1. Mapa da Violência IV, de Jacobo Waiselfisz (2005). Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH.
2. Ativista pelos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Referência feita por Oliveira (2005) em seu artigo “Quem tem medo da violência juvenil?”.
3. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), dezembro de 2006.
4. É importante lembrar que esta organização de Estado não chegou a existir no Brasil, que passou por 20 anos de ditadura militar muito opressora, racista e elitista, saindo diretamente para os tempos de neoliberalismo.
5. Trecho retirado do livro **Cabeça de Porco**, de Mv Bill, Luiz Eduardo Soares e Celso Athayde (2005).
6. Um pouco da realidade desse Batalhão de Operações Especiais da polícia do Rio de Janeiro foi retratado em recente filme do diretor José Padilha, lançado em 2007. Apesar das contribuições do ex-capitão do BOPE, Rodrigo Pimentel, que escreveu em parceria com o sociólogo Luis Eduardo Soares o livro **Elite da Tropa**, Padilha afirma que o filme não é uma adaptação do livro. No entanto ali está posto o cotidiano dos policiais desta e de outras corporações em suas práticas no combate ao tráfico e à violência no Rio de Janeiro. Tal película abriu uma grande discussão acerca da licitude e da ética das ações policiais e da participação da sociedade que financia o tráfico.
7. Versos do samba-enredo “Cem anos de liberdade, realidade e ilusão”, da Mangueira, em 1998.
8. Quanto Vale ou é por Quilo? (2005). Direção: Sérgio Bianchi.
9. No Brasil, já foram inauguradas três experiências de alguns setores ou tarefas em presídios – Paraná, Bahia e Ceará – e no Rio Grande do Sul há um projeto em tramitação, chamado PPP Prisional (Parceria Público-Privada Prisional), com o objetivo de terceirizar os presídios. As formas de repasse de verbas às empresas privadas que passariam a administrar o cárcere vão

desde moeda corrente, títulos, incentivos ou isenções fiscais até ações de companhias estatais.

10. Referência feita por Coimbra e Nascimento (2003, p. 22) no artigo **Jovens pobres: o mito da periculosidade**, na obra de Fraga e Lulianelli, **Jovens em tempo real**.

## Referências

- Agambem, G. (2002). *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, MG: UFMG.
- Alencar, C. (2003). Prefácio. In P. C. P. Fraga, & J. A. S. Lulianelli (Orgs.), *Jovens em tempo real* (pp. 7-8). Rio de Janeiro: DP&A.
- Athayde, C., Bill, M. V. (2005). Tristeza feliz em Belém. In L. E. Soares, M. V. Bill, & C. Athayde, *Cabeça de porco* (pp. 40-50). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Birman, J. (2002). Nas bordas da transgressão. In C. A. Plastino, *Transgressões* (pp. 43-61). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Bloch, E. (2005). *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bocco, F. (2006). *Cartografias da infração juvenil*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Bocco, F., & Lazzarotto, G. D. R. (2004). (Infr)Atores juvenis: Artesãos de análise. *Psicologia e Sociedade*, 16 (2), 37-46.
- Brasil. (1990, julho16). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Carvalho, F. de. (2001). *Experiência n.º 2*. São Paulo: Nau.
- Coimbra, C. M. B. (1995). Os caminhos de Lapassade e da análise institucional: Uma empresa possível? *Revista do Departamento de Psicologia, UFF*, 7 (1), 52-80.
- Coimbra, C. M. B., & Leitão, M. B. S. (2003). Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicologia e Sociedade*, 12, (2), 6-17.

- Coimbra, C. M. B., Bocco, F., & Nascimento, M. L. do. (no prelo). Subvertendo a noção de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*.
- Corso, D. M. L. (1999). País dos expostos. In E. Sousa (Org.). *Psicanálise e colonização: Leitura do sintoma social no Brasil* (pp. 275-289). Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Costa, J. F. (2002). Criatividade, transgressão e ética. In C. A. Plastino, *Transgressões* (pp. 63-76). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Eckert, C., & Rocha, A. L. C. da. (2005). O porto pouco seguro: Estudo da cultura do medo em Porto Alegre. In *Iluminuras: Banco de imagens e efeitos visuais* (v. 80, p. 1-50). Porto Alegre: PPGAS/UFRGS.
- Endo, P. C. (2006). Entrevista com Paulo Endo. *Correio da APPOA*, (153), 42-48, 2006.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. 16a ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1996). *O ego e o id*. (Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1923).
- Fundação de Atendimento Sócio-educativo – FASE. Recuperado em 12 de janeiro, 2007, da <http://www.stcas.rs.gov.br/fase>
- Galvão, P. (Produtor), & Bianchi, S., (Diretor). (2005). *Quanto vale ou é por quilo?* [Filme]. São Paulo: Agravo Produções Cinematográficas.
- Grosso, L. A. (2000). *Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: Cartografia do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ((2006). *Indicadores sociais*. Recuperado em 17 de dezembro, 2006, da <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?595723828>
- Keil, I. M. (2005). Descrença política e violência urbana: Existe uma relação? In F. Hartmann, N. C. D. F. da Rosa Jr., *Violências e contemporaneidade* (pp. 27-38). Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.

- London, J. (2004). *O povo do abismo: Fome e miséria no coração do império britânico: Uma reportagem no início do século XX*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Meandro, M. C. S., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2003). Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 55, (1), 43-55.
- Oliveira, C. S. (2005). Quem tem medo da violência juvenil? In F. Hartmann & N. C. D. F. da ROSA Jr., *Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Queiroz, M. J. de. (2006). *Em nome da pobreza*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Reguera, E. M. (2005). *Crianças de ninguém, crianças de rua: Psicologia da infância explorada*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Rolim, M. (2006). *A Síndrome da rainha vermelha: Policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rosa, M. D. (1999). O discurso e o laço social dos meninos de rua. *Psicologia USP*, 10 (2), 205-217
- Rosa, N. C. D. F. da, Jr. (2006). *Adolescência e violência: Direção do tratamento psicanalítico com adolescentes em conflito com a lei*. 2006. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Santos, M. (2000a). *Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, M. (2000b). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Soares, L. E. (2004). O drama da invisibilidade. In N. Guareschi (Org.), *Estratégias de invenção do presente* (pp. 225-236). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Soares, L. E. (2006). *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Sousa, E. L. A. de. (2006). Furos no futuro: Utopia e cultura. In F. Schüler, & M. Barcellos. (Org.), *Fronteiras: Arte e pensamento na época do multiculturalismo* (pp. 167-180). Porto Alegre, RS: Sulina.

Moore, M. (Director). (2002). *Bowling for Columbine* [Filme]. United States: MGM.

Unicef. (2006). *Custos e qualidade das medidas socioeducativas*. Recuperado em 13 de março, 2006, da <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/estudos/id423.htm>

---

*Recebido em 27 de maio de 2008*

*Aceito em 22 de outubro de 2008*

*Revisado em 19 de dezembro de 2008*